



PARECER ÚNICO

Indexado ao Processo nº 438218/16

Identificação

Empreendimento/Empreendedor/Autuado: Thalmo Marcovig Cunha Dias	CNPJ / CPF: 084.190.826-51
Município: Uruana de Minas/MG	

Relatório:

Trata-se do Auto de Infração nº 208477/2015, lavrado pela Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental, o qual constatou-se que o autuado desenvolvia a atividade de culturas anuais, com dois pivôs com capacidade de irrigação de 80,00ha cada, sem a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF).

O Auto de Infração fundamenta-se no disposto no artigo 83, Anexo I, código 108 do Decreto Estadual nº. 44.844/08, cuja redação é a seguinte:

Código	108
Especificação das Infrações	Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.
Classificação	Grave
Pena	- multa simples, - ou multa simples e suspensão da atividade; - ou multa simples, suspensão da atividade e demolição de obra.
Outras Cominações	Quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

Em razão da autuação em análise, foi aplicada a penalidade de multa simples no valor de R\$3757,85 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), aplicada ainda a redução de 30% do art. 68, I, e do Decreto nº 44.844/2008, resultando o valor de R\$ 2.630,50 (dois mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos).

Art. 68. Sobre o valor base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I atenuantes:

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;



O autuado foi cientificado da infração e das penalidades cominadas em 05/12/2015, conforme se depreende do documento de f. 7, e em 22/12/2015, apresentou Defesa Administrativa e documentos (f.09 a 25), a qual observamos ser tempestiva.

Em análise a defesa, por meio da Decisão de fls. 29, datada de 11 de março de 2016, foi mantida a multa aplicada, no valor de R\$ 3.757,85 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), tendo também sido decotada a aplicação da redução de 30% decorrente da atenuante descrita no artigo 68, inciso I, alínea “e” do Decreto nº 44.844/2008. Deste modo, foi mantida legalidade do Auto de Infração nº 208477/2015, sendo o autuado cientificado da decisão por meio do Ofício nº 123/2016 (fls. 30), que foi recebido em 13 de abril de 2016, conforme AR de fls. 32.

Em face da Decisão de fls. 29, o autuado interpôs o Recurso Administrativo de fls. 33, protocolado nesta Superintendência em 03 de maio de 2016, tempestivamente, estando apto a análise.

Em síntese, em sede recursal, requereu:

1. a avaliação da legalidade da aplicação da autuação, uma vez que os autos de infração e de fiscalização foram lavrados em nome de pessoas físicas diversas, o que não ensejaria responsabilidade ao autuado;
2. a manutenção da atenuante descrita no Auto de Infração nº 208451/2015.

Em consulta aos sistemas CAP e SIAM, não foram localizados registros de infrações anteriores em nome do Autuado, hábeis a caracterizar reincidência.

É o relatório.

Fundamentação:

A infração citada no Auto de Infração n.º 208477/2015, foi assim descrita:

“Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental (Fazenda Boa Esperança: G01-03-01=260ha).

Referida conduta coaduna-se com a infração descrita pelo Código 108 do Anexo I do Decreto Estadual nº 44.844/2008, já descrita no Relatório, sendo necessário verificar a obrigatoriedade da obtenção da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para o caso concreto.

Em suma, o recorrente alega que a autuação não pode subsistir diante do Auto de Infração nº 208451/2015 ter sido lavrado em seu nome, Thalmomarcovig Cunha Dias, mas sendo originária do Auto de Fiscalização nº 33279/2015, que foi lavrado em nome de Mário Marcovig Dias.

Entretanto, os procedimentos instaurados pelo recorrente perante esta Superintendência de Regularização Ambiental, verificou-se que à época da lavratura



do Auto de Infração nº 208477/2015 e do Auto de Fiscalização nº 33279/2015, em 12 de novembro de 2015, o recorrente não possuía Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), e que apenas realizou a regularização, com emissão perante este órgão ambiental, da devida AAF, em 21 de dezembro de 2015.

Ressalte-se que o Sr. Márcio Marcovig Dias, proprietário do imóvel Fazenda Boa Esperança, conforme Matrícula nº 3165, apresentou-se aos agentes autuantes, à época, como o responsável pelo empreendimento, assinando, inclusive, o auto de fiscalização. Na ocasião, o Sr. Márcio Marcovig Dias, também estava acompanhado do recorrente.

A Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), constante de fls. 23, conforme se depreende de análise do processo do qual é originária, foi gerada em nome do recorrente, apenas em razão de contrato de arrendamento, datado de 17 de maio de 2013, e com vigência até 04 de julho de 2023, firmado entre o proprietário do imóvel e o recorrente, sendo ambos pai e filho, respectivamente.

Ademais, a regularidade da autuação se extrai pelo desenvolvimento de atividades do empreendimento sem a devida autorização do órgão ambiental, onde empreendedor atual e proprietário, revelam-se responsáveis solidários pela infração.

Desta forma, não há qualquer irregularidade processual constatada, devendo o auto de infração e o auto de fiscalização, serem mantidos na integralidade. Razões pelas quais não se sustentam as alegações do recorrente.

Em sequência o recorrente pugnou pela manutenção da atenuante constante do artigo 68, inciso I, alínea “e” do Decreto nº 44.844/2008, descrita no Auto de Infração nº 208477/2015. Entretanto, o requerimento não possui amparo legal. Vejamos o que diz a norma:

“e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;”

Em controle de legalidade da infração, este órgão ambiental, verificou a inaplicabilidade da referida atenuante ao caso, diante de ausência de circunstâncias fáticas que se amoldem ao texto normativo. Assim, utilizando-se do princípio da autotutela administrativa, este órgão tem o dever de agir dentro dos estritos limites da legalidade e adequar a infração dentro do que estabelece o Decreto nº 44.844/2008. Desta forma, é imperiosa a manutenção da inaplicabilidade da atenuante descrita na alínea “e”, inciso I do artigo 68 do Decreto nº 44.844/2008.

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura dos Autos de Fiscalização e de Infração, bem como a aplicação da penalidade em análise, se deram em expresse acatamento às determinações do Decreto nº 44.844/2008, não havendo que se falar em insubsistência do Auto de Infração.



Parecer Conclusivo:

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizarem o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM NOROESTE DE MINAS, sugerindo a MANUTENÇÃO das penalidades aplicadas, nos termos do artigo 73, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016.

Data: 06/02/2017

Equipe Interdisciplinar:	MA SP	Assinatura
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental	1402076-2	Original Assinado
Renata Alves dos Santos Gestora Ambiental Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Original Assinado
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Original Assinado